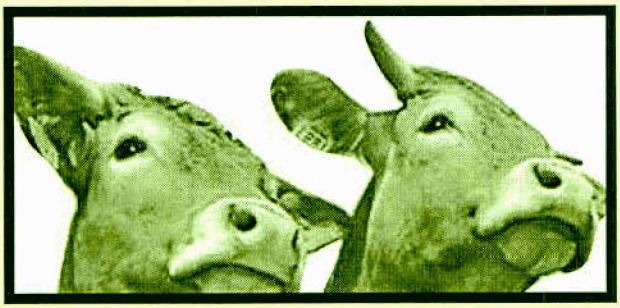
Um país de contrastes



A pecuária brasileira mudou muito de 1985 para cá. Com aporte tecnológico e gestão empresarial, surgiu uma verdadeira reengenharia nas atividades de produção. Na avicultura e suinocultura assiste-se ao avanço incessante das integrações, enquanto na bovinocultura de corte e leite a criação estabular coloca essas atividades em novos patamares tecnológicos e econômicos.

Mas ainda há o que fazer. Nas próximas páginas, o leitor de AGROANALYSIS vai conhecer melhor as perspectivas para a pecuária de corte brasileira.



O TAMANHO DO REBANHO

Luz na escuridão

O Censo Agropecuário 1995/96 tardou 11 anos e veio em boa hora. Mas na pecuária restam ainda cantos escuros

LUIZ ANTONIO PINAZZA E REGIS ALIMANDRO

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) divulgou enfim os resultados do oportuno Censo Agropecuário 1995/96, preenchendo uma lacuna depois de 11 longos anos.

Os dados trazem registros fundamentais para análises e estudos, instrumentos para melhorar o funcionamento das cadeias produtivas. A informação que realmente leva a algum resultado é a que se combina ao conhecimento prático. Pode parecer muito pouco, mas para quem estava na escuridão, tendo como referência somente a argumentação especulativa, é um aspecto positivo.

O Censo é um serviço de alto custo, de amplitude e abrangência que exigem estrutura e organização complexas. Mas seus benefícios se espalham por toda a sociedade.

O Censo da pecuária

No caso específico da pecuária, muitas questões encontram agora respostas mais confiáveis. É possível fazer um novo mapeamento do rebanho, discutir sua distribuição, concentração e dispersão. Entender melhor que forças impulsionaram o surgimento, a consolidação e o desaparecimento da atividade nessa e naquela região.

Bem típica dos anos 90 foi a incorporação de tecnologia, que permitiu que a produção permanecesse em trajetória ascendente, ainda que o rebanho não se expandisse. A taxa de desfrute subiu, mas quanto? O abate clandestino, no subterrâneo da economia informal, encobre o tamanho real da produção. Para quem quer competir na economia globalizada, como os grandes complexos agroindustriais brasileiros do ramo, o fato é gerencialmente bem negativo. Como se defender de acusações de natureza sanitária, grande argumento das medidas protecionistas não-tarifárias?

Uma parte do público quer saber se o plantel bovino e suíno do país cresceu ou diminuiu. Essa dúvida, para frustração de muitos, continuará a existir. Um outro censo terá que aferir a quantidade de cabeças nesses rebanhos. É impossível ainda saber se houve um ponto de inflexão entre 1985, quando todas as evidências apontavam para o aumento, e 1995, em que se emitiram sinais de queda.

Para uma primeira e rápida interpretação do Censo do IBGE, AGROANALYSIS fez algumas incursões em seus dados. Algumas conclusões são bem interessantes e explicam tendências em curso. Consolidaram-se dados estaduais e regionais, e calculou-se a participação regional do rebanho em relação ao país. Algumas constatações podem ser observadas nas tabelas e no quadro síntese, a seguir, que mostra a evolução e distribuição do rebanho brasileiro, de 1985 a 1995.

Aves

- Crescimento de 164%.
- Maior crescimento no Ceará, com 1.067%.
- Mato Grosso do Sul e Mato Grosso também tiveram crescimento expressivo.
- Participação no total do país:
  - no Sul o rebanho está em queda, apesar de ainda ser o maior do país (37,8%);
  - o Nordeste quase dobrou seu rebanho: foi de 22,5% para 39,8%.

Bovinos

- Crescimento de apenas 11%.
- Maior crescimento do Centro-Oeste, com 41%, principalmente Mato Grosso.
- Participação no total do país:
  - Sul, Sudeste e Nordeste perdem;
  - Centro-Oeste e Nordeste crescem.

Suínos

- Queda de 17%.
- Maiores quedas no Sudeste e Nordeste.
- Santa Catarina teve o maior crescimento, com 42%.
- Participação no total do país:
  - Sul quase dobra: 37,8% para 68,6%;
  - Sudeste também cresce: de 13,5% para 17,8%;
  - Nordeste perde e Centro-Oeste fica estável.

Brasil: participação regional do rebanho

Região	*Aves*		*Suínos*		*Bovinos*	
	1985	1996	1985	1996	1985	1996
Norte	4,4%	330,0%	770,0%	140,0%	410,0%	760,0%
Nordeste	22,5%	39,8%	28,2%	4,0%	18,8%	17,5%
Sudeste	18,8%	13,5%	17,8%	24,7%	27,5%	22,8%
Centro-Oeste	6,3%	6,1%	8,4%	1,4%	30,5%	35,5%
Sul	48,0%	37,4%	37,8%	68,6%	19,1%	16,6%
Total	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Brasil: evolução quantitativa do rebanho (cabeças)

Região/estado	Aves		Suínos		Bovinos	
	1985	1996	1985	1996	1985	1996
Norte	15.854.199	24.450.069	2.428.226	2.515.243	5.361.796	12.058.479
Acre	1.414.225	1.415.540	158.558	161.181	334.336	847.208
Amapá	308.559	83.000	21.016	14.213	46.986	59.700
Amazonas	2.051.723	2.130.000	180.582	230.803	425.053	733.910
Pará	8.222.977	15.867.000	1.256.746	1.116.731	3.478.875	6.080.431
Rondônia	3.812.804	4.896.000	502.814	410.315	770.531	3.937.291
Roraima	43.911	58.529	308.510	582.000	306.015	399.939
Nordeste	80.891.872	298.383.000	8.881.241	7.355.441	24.507.495	27.594.333
Alagoas	2.092.592	4.497.000	85.466	93.865	755.992	968.462
Bahia	13.795.412	18.269.000	1.511.601	1.211.160	9.315.074	8.729.953
Ceará	17.728.491	206.980.000	1.245.467	1.047.451	2.475.423	2.382.474
Maranhão	11.500.149	11.470.000	2.552.834	1.936.874	3.247.206	3.902.609
Paraíba	8.222.977	15.867.000	1.256.746	1.116.731	3.478.875	6.080.431
Pernambuco	15.890.389	24.646.000	545.659	378.910	1.872.494	1.930.672
Piauí	6.564.733	8.271.000	1.476.047	1.394.406	1.588.208	1.704.389
R. G. Norte	2.411.652	4.165.000	133.255	97.235	909.613	954.347
Sergipe	2.685.477	4.218.000	74.166	78.809	864.610	940.996
Sudeste	67.581.897	101.568.419	5.606.691	4.496.643	35.741.878	35.953.897
Espírito Santo	6.663	7.629	434.578	266.238	1.759.823	1.788.748
Minas Gerais	45.184.865	67.998.000	3.008.826	2.631.321	19.983.506	20.044.616
São Paulo	12.210.369	12.306.790	1.888.394	1.429.746	12.210.369	12.306.790
Rio de Janeiro	10.180.000	21.256.000	274.893	169.338	1.788.180	1.813.743
Centro-Oeste	22.522.901	45.495.000	2.644.293	2.471.505	39.720.108	55.984.638
D. Federal	2.446.186	5.778.000	34.981	69.321	75.866	85.615
Goiás	11.448.259	13.281.000	1.142.031	1.004.074	14.476.565	16.488.390
Mato Grosso	3.673.103	13.066.000	671.150	671.789	6.545.956	14.438.135
M. G. Sul	2.800.828	10.971.000	400.656	508.813	15.017.908	19.754.356
Tocantins	2.154.525	2.399.000	395.475	217.508	3.603.813	5.218.142
Sul	172.106.070	280.197.000	11.892.862	12.495.608	24.826.784	26.219.533
Paraná	57.490.000	94.466.000	4.482.258	4.026.192	8.574.564	9.900.885
Sta. Catarina	54.051.203	85.657.000	3.185.301	4.535.571	2.742.896	3.097.351
R. G. Sul	60.564.867	100.074.000	4.225.303	3.933.845	13.509.324	13.221.297
Total	358.956.939	750.093.488	31.452.353	182.394.440	1.301.580.661	157.810.880

Brasil: evolução do rebanho por região (cabeças)

Região	Aves		Suínos		Bovinos	
	1985	1996	1985	1996	1985	1996
Norte	15.854.199	24.450.069	2.428.266	2.515.243	5.361.796	12.058.479
Nordeste	80.891.872	298.383.000	8.881.241	7.355.441	24.507.495	27.594.333
Sudeste	67.581.897	101.568.419	5.606.691	44.966.643	35.741.878	35.953.897
Centro – Oeste	22.522.901	45.495.000	2.644.293	2.471.505	39.720.108	55.984.638
Sul	172.106.070	280.197.000	11.891.862	124.995.608	24.826.784	26.219.533
Total	358.956.939	750.093.488	31.452.353	182.304.440	130.158.061	157.810.880



ESTADOS UNIDOS E BRASIL

Cresce o consumo de proteína animal

Tanto os brasileiros como os norte-americanos aumentaram o consumo de proteína animal, no que diz respeito a ovos, aves, bovinos e suínos após os anos 80. Os derivados desses produtos, seja em *in natura*, processados ou semiprocessados, representam parcela significativa do consumo e grande referência desse aumento.

Nos dois países, a avicultura foi a atividade cujo desempenho mais se destacou. Em 1980, a carne avícola participava em 23,9% no Brasil e 34% nos EUA do consumo *per capita* total. Esses percentuais subiram de maneira expressiva e hoje alcançam 35,4% e 48,6%.

Os EUA estão bem perto do ponto de saturação em termos de consumo *per capita* de proteína animal, com 100,5 kg/ano. Acrescentando-se as carnes de ovelha e carneiro, a expansão chega a mais 10%.

O Brasil ainda tem um largo espaço para ampliar o consumo. A partir de 1994 incorporou-se às estatísticas da produção de bovinos uma estimativa do abate clandestino, o que resultou em um salto apurado no consumo.

Os ovos mostraram uma trajetória de queda nos anos 80, estabilizada na década de 90. No Brasil, o consumo está em equilíbrio, depois do movimento de alta entre 1980 e 1987.

No complexo de proteína animal, a linguagem do *marketing* chegou com força total. A palavra de ordem é desenvolver uma série de ações mercadológicas para conquistar a preferência do consumidor. Os produtos se sofisticam e mudam. As empresas agregam valor e levam formas criativas de conveniências para as gôndolas das lojas de varejo. Estima-se que das aves se extraiam mais de 1.200 produtos, uma quantidade inimaginável no passado.

Brasil e EUA: consumo 'per capita' de proteína animal

Ano	*Ovos (unidades)*		*Aves (kg)*		*Bovinos (kg)*		*Suínos (kg)*		*Total carnes*	
	EUA	*Brasil*	*EUA*	*Brasil*	*EUA*	*Brasil*	*EUA*	*Brasil*	*EUA*	*Brasil*
1980	273	77	29,6	8,9	32,8	17,2	23,9	8,2	86,3	34,3
1981	265	72	30,2	8,9	33,1	15,4	22,9	8	86,2	32,3
1982	264	92	30,4	8,5	33	16	20,6	7,7	84	32,2
1983	261	84	30,7	9,3	33,6	14,7	21,6	7,4	85,9	31,4
1984	261	79	30	8,1	33,5	12,2	21,5	7,1	85	27,4
1985	255	87	33,1	8,9	33,9	12,1	21,8	6,9	88,8	27,9
1986	252	94	33,8	10	33,8	12	20,7	7,3	88,3	29,3
1987	249	109	35,8	12,4	31,6	11,8	20,9	8	88,3	32,2
1988	244	103	36	11,8	31,2	12	22,3	7	89,5	37,1
1989	237	83	36,3	12,4	29,8	12	22,2	6,6	88,3	36,6
1990	235	89	37,5	13,4	29,1	12,5	21,2	7	87,8	38,2
1991	234	88	39,5	15	28,7	13	21,5	7	89,7	35
1992	236	88	41,5	16	28,6	14,5	22,7	7,3	92,8	37,8
1993	235	86	43,5	17	28	14,2	22,3	7,6	93,8	38,8
1994	234	92	44,2	18,3	29	25,1	22,7	7,8	95,9	51,2
1995	235	101	44,1	23,2	29	26,7	22,3	8,2	95,4	58,1
1996	238	101	45,2	22,1	29,5	29,2	20,8	8,6	95,5	59,9
1997	239	82	46,5	23,8	29	29,6	20,7	9,1	96,2	62,5
1998	243	81	48,9	24,7	29,2	35,9	22,4	9,2	100,5	69,8

Fonte: Brasil: IBGE-IEA-APA-UBA; EUA: Usda.

CARNE BOVINA

Melhor que a encomenda

Os resultados positivos da exportação de carne bovina refletem melhores práticas de manejo e nutrição adequada

Os embarques de carne bovina totalizaram US$588 milhões, correspondentes a um incremento de 35% em relação ao ano anterior. Durante todos os meses do ano, praticamente, o desempenho foi favorável. No primeiro semestre a *performance* foi melhor, já que entre janeiro e junho a arrecadação foi 41% superior à de um ano antes.

Diante das altas taxas de juros praticadas no mercado interno, muitos pecuaristas aumentaram o envio de animais para abate. Tanto assim que o preço da arroba do boi gordo teve pequena variação entre a safra e a entressafra. Em reais, por exemplo, no estado de São Paulo, os maiores valores foram alcançados em setembro, em torno de R$29,50, enquanto os menores aconteceram em maio e junho, com R$26,70. Ou seja, uma diferença inferior a 11%.

A tecnologia aparece nos índices zootécnicos. A melhora é sentida a cada exercício. Melhores práticas de manejo e uma nutrição mais adequada, principalmente durante o período frio e a maior seca, refletem-se no mercado. As ofertas de animais prontos sofrem apenas pequenas quedas e os preços variam menos. Além da boa performance na exportação, a produção e o consumo domésticos também cresceram no Brasil, ainda que de forma inexpressiva.

Os preços médios competitivos no quilo vivo do bovino no Brasil em comparação aos seus parceiros de Mercosul –Uruguai e Argentina (respectivamente, US$0,85, US$1,10 e US$1,20) – fizeram crescer as entregas nacionais. Outro ponto que contribuiu para tal desempenho foi a redução da produção argentina para retomada do crescimento de seu rebanho, combinada com um aquecimento na demanda interna. A atividade da Argentina ainda se ressente

Febre aftosa, o rifle sanitário

Um dos grandes entraves para que o Brasil possa de fato aumentar suas participações no mercado mundial de carne bovina consiste nas barreiras sanitárias impostas pelos EUA e UE, em especial as decorrentes da febre aftosa. A doença é virótica e de fácil disseminação pelo vento, água, rodas de veículos, botas e de animal para animal.

Trabalho radical

Para superar tal problema, os EUA desenvolveram um trabalho radical. O primeiro surto da doença no país foi constatado em 1870. A partir daí foram registradas oito grandes epidemias. A mais devastadora foi em 1914, em Michigan. A infecção se alastrou por 22 estados. O governo tomou a dura decisão de sacrificar mais de 170 mil animais, pelo que o mal ficou conhecido como rifle sanitário. Um novo surto tomou força em 1924, quando foram abatidas mais de 109 mil cabeças na Califórnia.

Essa doença, de longe, é a que desperta mais atenção dos países importadores, menos pelos seus efeitos à saúde humana e mais pela falta de cuidados com o rebanho que a revela. Os números da Comissão Sudamericana para la Lucha Contra Fiebre Aftosa dão a dimensão dos prejuízos comerciais acarretados pela febre. No chamado mercado limpo – livre da doença – a tonelada de carne vale em média de US$2,7 mil a US$2,9 mil. Em contrapartida, no mercado sujo, o preço sofre brutal deságio e cai para US$1,4 mil a US$1,8 mil. A diferença cresce ainda mais na tonelada dos cortes especiais: de US$6,5/7 para US$2,7/2,9 mil.

Falta pouco

Em nível nacional, depois de mais de 30 anos de vacinação obrigatória, houve grandes progressos, mas ainda não se chegou à erradicação total. Argentina e Brasil combatem a doença há mais de 100 anos. Em 1997, os argentinos foram declarados país livre de infestação pela Organização Internacional de Epizootias (OIE), em sua reunião anual de Paris.

Nos três circuitos pecuários brasileiros, constatam-se diferentes realidades e situações.

O Sul, onde se encontram Rio Grande do Sul e Santa Catarina, ambos com mais de dois anos sem registro de foco, foi reconhecido pela OIE, em maio de 1998, como livre de febre aftosa.

No Centro-Oeste e Leste – Paraná, São Paulo, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Minas Gerais e Goiás – onde os focos escasseiam mas persistem, a pretensão é obter a declaração da OIE de área livre por vacinação. Os registros de foco em Naviraí, MS, neste ano, dificultam as negociações.

Em São Paulo não se detecta nenhum foco desde março de 1996. Noutros estados as ações de controle melhoraram sensivelmente. No total os registros vêm caindo: de 831 em 1993 para 701em1994 e 174 em 1995; para a casa das dezenas entre 1996 e 1998.

No Norte e Nordeste, concentram-se quase 905 focos do país desde 1996.

Com a criação da Agência Nacional de Defesa Agropecuária, a responsabilidade do controle dos agentes que atuam na produção passou aos governos estaduais e municipais. Mudam os papéis da área pública e privada. As Organizações não-governamentais também têm sua função. Ao Ministério da Agricultura cabe a formulação e acompanhamento das políticas sanitárias executadas pelas agências. A idéia é aumentar a eficiência e a rapidez dos trabalhos sanitários.



e se recupera da forte seca de 1996, quando foi necessário aumentar o abate de animais – quantitativamente, o rebanho é o mais baixo desde meados dos anos 60. Entre 1990 e 1996, o rebanho caiu de 52,8 para 50,8 milhões de cabeças enquanto os abates diminuíram de 12,2 para 11,4 milhões de cabeças.

Novidades no cenário de 1999

Em 1999, o cenário que se monta para a pecuária traz elementos interessantes e toques de novidade. A desvalorização do real amplia a competitividade do país

Brasil: exportação de carne bovina

Ano	*Carne* in natura		*Carne industrializada*		*Total*	
	Quantidade[1]	*Valor*[2]	*Quantidade*[1]	*Valor*[2]	*Quantidade*[1]	*Valor*[2]
1990	100	93	149	141	249	234
1991	74	138	252	260	326	398
1992	124	281	320	353	444	634
1993	102	225	290	291	392	516
1994	88	226	270	296	358	522
1995	44	158	225	287	269	445
1996	52	159	209	233	261	392
1997	86	205	201	231	287	436
1998*	134	210	244	296	378	588

Fontes: Abiec (representa 95% das exportações nacionais) e Secex.

* Sujeito a revisão.

[1] Em mil toneladas.

[2] Em US$ milhões.

Os "status" do boi

Em termos de demanda, o mercado mundial de carne bovina se divide de um lado em um nicho de mercado de alta qualidade, como o que demanda animais precoces – Cota Hilton – e o que estabelece exigências sanitárias rigorosas – Cota Gatt. Do outro lado está a Índia, que por questões religiosas não trata comercialmente a produção nem o consumo, embora tenha o maior rebanho do mundo.

A menina dos olhos da indústria brasileira de exportação de carne bovina é a Cota Hilton, que se refere a uma demanda anual dos países membros da UE de 50 mil toneladas de cortes especiais *in natura*, cujos preços podem variar de US$5 mil a US$13 mil por tonelada, a depender do tipo de corte, ou seja, cerca de 35% acima dos cortes comuns.

Entre os países do Mercosul, a maior fatia cabe à Argentina, que está apta a vender 28 mil toneladas até julho de 1999. O Uruguai participa com 6,4 mil, ficando o Brasil com uma parcela de 5 mil. Uma das grandes vantagens da Cota Hilton consiste no fato de que o produto pode ser exportado resfriado, em vez de congelado, o que assegura maior valor de revenda.

Aproximadamente 23 frigoríficos brasileiros estão habilitados a exportar pela Cota Hilton. A liberação da cota obedece ao desempenho anual de cada empresa frigorífica. Em 1998, com quase metade das cotas, os cinco principais foram: Independência Ltda. (MS) – 14,7%, Betim (MS) – 13,6% , Swift Armour (MS) – 11,9%, Gejota (SP) – 8,7% e Friboi (GO) – 7,8%.

A Cota Gatt totalizou 52 mil toneladas anuais em 1998, num sistema em que os importadores europeus podem, mediante apresentação da licença Gatt, comercializada ao redor de US$1.500 a tonelada, negociar diretamente com os exportadores.

Modernizar é preciso

A Portaria n.º 304, editada em abril de 1996, abriu um novo horizonte para a cadeia produtiva da pecuária, ao prever a desossa e a embalagem do produto no estabelecimento frigorífico, além da sua identificação e resfriamento.

Mais recentemente, em 1º de setembro de 1998, o Ministério da Agricultura avança sobre a matéria, através da Portaria n.º 145, que estabelece um prazo para que a desossa seja implantada definitivamente no país. Efetivamente, todo um cronograma de trabalho foi estabelecido de forma que em janeiro de 2000 esteja implantado o sistema de tipificação de carcaça para efeito de pagamento da matéria-prima.

Nessa ordem, desde 1º de janeiro deste ano, em mais de 180 municípios onde se aplica a Portaria n.º 304 a desossa passa a ser obrigatória.

Até agosto de 2000, essa legislação entra em vigor em todo o país. Seja por indicação dos governos estaduais ou iniciativa dos próprios municípios, todos terão de se enquadrar.

O governo mostrará em um livro como são os diferentes cortes. Os setores institucionais, que representam o varejo, deverão subsidiar o governo com informações para a tarefa.

Em suma, a Portaria n.º 145 surge como mais um instrumento de pressão contra o comércio irregular.

Estabelecendo um padrão de relacionamento entre a indústria e os canais de distribuição varejista, ela cria uma meta de conduta, dificultando a ação dos sonegadores e desinteressados em melhorar o produto e o serviço para o consumidor.

nas exportações, mas os pecuaristas serão levados e recompor o valor em dólar do seu patrimônio – rebanho e preço de venda do animal. Do lado da exportação, os negócios sofreram a influência de três variáveis:

- a retomada das exportações argentinas;
- a continuidade da recessão e esfriamento da demanda de carne por parte dos países do Leste asiático;
- a política de subsídio de exportação da União Européia (*dumping* com preço de US$1 mil por tonelada, correspondente a uma subvenção de 60%), ante o aumento dos seus excedentes.

Concorrência especula

Aos olhos dos concorrentes do Brasil, a estabilidade econômica do Plano Real trouxe novas prioridades de investimento, inclusive na pecuária de corte. Os pecuaristas viram suas margens de lucro cair e as terras, que serviam de garantia contra a inflação, perderam liquidez. A aposta é de que o rebanho nacional vem se reduzindo e que as exportações também vão encolher. No tocante ao primeiro ponto, o IBGE divulgou o Censo de 1995, objeto de análise nesta edição de AGROANALYSIS. Quanto ao segundo, os números dos dois últimos anos são um balde de água fria na efervescência dos boatos. **(L.A.P. e R.A.)**

CARNE BOVINA

O que é bom deve durar

Com preços competitivos em relação a seus concorrentes diretos, o Brasil precisa fortalecer sua posição em 1999

VICENTE NOGUEIRA E PAULO MUSTEFAGA

Pelas expectativas em torno da desvalorização cambial, 1999 deverá ser um bom ano para vendas externas de carne e outros produtos de origem agropecuária. Além disso, as possibilidades em torno da ampliação da zona livre de febre aftosa com vacinação para o Circuito Pecuário Centro-Oeste permitirá ao país negociar o acesso da carne brasileira a novos mercados.

A desvalorização cambial abre perspectivas para que o bom desempenho das exportações de carne bovina do ano passado se repitam em 1999. As cotações em dólares do boi gordo no Brasil estão muito inferiores às praticadas na Argentina e no Uruguai, seus principais concorrentes, o que irá favorecer a colocação do produto brasileiro no mercado internacional.

A instabilidade da economia e a possibilidade de retorno da inflação, no entanto, não permitem avaliar ainda o ganho real de competitividade da carne brasileira, pois os custos de produção estão aumentando.

Por outro lado, as vendas externas do setor só refletirão plenamente a desvalorização do real a partir de março, uma vez que muitos frigoríficos ainda exportam de acordo com contratos vinculados ao câmbio anterior à desvalorização cambial. Os frigoríficos geralmente financiam suas vendas ao exterior mediante adiantamento de contrato de câmbio (ACC), antecipando suas receitas junto aos bancos. Essa operação é realizada normalmente com câmbio prefixado por 90 dias em média, o que não permite aos exportadores se beneficiarem de imediato no caso de uma eventual desvalorização do real.

Outro fator que deverá favorecer as exportações da carne brasileira este ano, caso se confirme, é a expectativa de que os preços na Argentina voltem a subir a partir de março, quando deve ocorrer uma redução na oferta de bois para abate naquele mercado. A desvalorização do real somada à elevação de preços na Ar-

